

Por este Instrumento, de um lado, a CONTRATANTE, devidamente qualificada no ato de adesão ao Contrato de Prestação de Serviços, e, de outro lado, a PGO CONSULTING EIRELI, doravante denominada CONTRATADA, ambas por seus representantes legais ao final nomeados e assinados, nos termos de seus atos constitutivos, têm entre si justo e acertado celebrar este Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições. 1. DO OBJETO 1.1. Este contrato tem por objeto estabelecer o acesso às bases de dados e aos serviços da CONTRATADA, sem caráter de exclusividade, conforme descritos abaixo, cujas informações destinam-se a apoiar os seus processos internos de tomada de decisão e para a realização de negócios. a) Módulo PEP: base constituída por informações de pessoas naturais consideradas PEP, conforme definição do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec, abrangendo, todos os cargos e posições ocupados perante poder público, quais sejam: (a) membros detentores dos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União; (b) os ocupantes de cargo no Poder Executivo da União: os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Os governadores de Estado e do Distrito Federal, os presidentes de Tribunal de Justiça, de Assembléia Legislativa ou da Câmara Distrital, e os presidentes de Tribunal ou Conselho de Contas de Estado, de Municípios e do Distrito Federal; e os prefeitos e os presidentes de Câmara Municipal das capitais de Estado. Compreendendo ainda: 1) Presidentes e Ex's presidentes; 2) Vice-Presidentes; 3) Candidatos a Presidência (16 anos); 4) Ministros das Casas; 5) Ministros do STF (vivos); 6) Ministros STJ; 7) Ministros TST; 8) Ministros TSE; 9) Ministros STM; 10) Membros do Conselho Nacional de Justiça; 11) Senadores; 12) Procuradores Gerais de Justiça (vivos); 13) Procuradores Gerais do Trabalho; 14) Procuradores Gerais da Justiça Militar; 15) Procuradores Gerais dos Estados; 16) Governadores; 17) Prefeito das cidades mais de 300 mil habitantes; 18) Deputados Federais; e 19) Deputados Estaduais; b) Módulo Responsabilidade Socioambiental: base constituída de pessoas naturais e jurídicas que tenham respondam algum processo judicial relacionado à Crimes Contra a Organização Do Trabalho, ao ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, à Crimes Ambientais, Emprego de mão de obra escrava ou infantil. Ou ainda que esteja listada na Lista de Crimes Ambientais Corporativos do Greenpeace, Lista do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Lista Ibama, e/ou qualquer outra lista correlata; c) Módulo Combate à Corrupção, Fraudes, Lavagem de Dinheiro e Terrorismo: base constituída de pessoas naturais e jurídicas que tenham respondam algum processo judicial relacionado a seguir: 1) Dos Crimes Contra o Patrimônio; 2) Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa Para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual; 3) Dos Crimes Contra o Pátrio Poder, Tutela Curatela; 4) Dos Crimes contra a paz pública; 5) Dos Crimes Contra A Fé Pública; 6) Dos crimes contra a administração pública; 7) Dos Crimes Contra As Finanças Públicas; 18) Lei De Improbidade Administrativa; 9) Lavagem De Dinheiro E Ocultação De Bens, Direitos E Valores; 10) Organização Criminosa; 11) Crimes Contra A Ordem Tributária, Econômica E Contra As Relações De Consumo; 12) Crimes Contra O Sistema Financeiro Nacional; 13) Crime De Sonegação Fiscal; 14) Crimes Da Lei De Licitações; 15) Crimes Do Código Eleitoral; 16) Crimes De Responsabilidade Dos Prefeitos E Vereadores; 17) Crime De Abuso De Autoridade; 18) Lei De Drogas; 19) Lei De Armas; 20) Lei De Tortura; e 20) Crimes Falenciais. Ou ainda, que esteja na Lista da Lista INTERPOL, OFAC, ONU ou que tenha sido envolvido em algum dos Escândalos de Corrupção desde 1990; d) Módulo Listas Restritivas da Controladoria-Geral da União – CGU: base constituída de pessoas naturais e jurídicas que estejam listadas: 1) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal - Controladoria Geral da União (CGU); 2) no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal - Controladoria-Geral da União (CGU); ou 3) na Lista de Postos de Gasolina Cassados – Secretaria da

Fazenda do Estado de São Paulo; 2. DO PREÇO 2.1. Pela prestação de serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará, mensalmente, à CONTRATADA, a quantia descrita na Tabela de Preços constante no Anexo 2. 2.2. Mensalmente, a CONTRATADA apresentará, no endereço da CONTRATANTE, nota fiscal no valor correspondente aos serviços prestados no período indicado no ato de adesão a este contrato, cujo pagamento deverá ser efetuado em até 15 (quinze) dias da data de sua emissão, em local a ser designado pela CONTRATADA. 2.2.1. As partes convencionam que, no caso de não pagamento até a data do vencimento, o valor da fatura sofrerá acréscimo de 2% (dois por cento) a título de multa por atraso, e juros de mora, calculados “pro rata temporis” desde a data do inadimplemento até a do efetivo pagamento. 2.3. Os preços estabelecidos neste contrato serão reajustados anualmente, observando-se a variação positiva acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou de outro índice que o substitua ou o represente. Em sendo alterada a regra geral sobre reajustes será adotada, para efeito deste contrato, a periodicidade mínima legalmente permitida. 3. DAS RESPONSABILIDADES E DOS DIREITOS DA CONTRATADA 3.1. A CONTRATADA obriga-se a manter a integridade das informações utilizadas na prestação de serviços ora contratada, tais como recebidas de suas fontes. 3.2. Ressalvada a hipótese de ter laborado com culpa exclusiva, a CONTRATADA não assume responsabilidade por perdas e danos que se originem das informações prestadas. 3.3. A realização ou a não realização de quaisquer negócios jurídicos entre a CONTRATANTE e os seus clientes ou o eventual insucesso de campanhas levadas a termo com o uso das informações disponibilizadas e eventuais perdas e danos que qualquer deles e/ou terceiros possam vir a pleitear, quer judicial, quer extrajudicialmente, não são responsabilidade da CONTRATADA. 3.4. A CONTRATADA responsabiliza-se pela disponibilização das informações constantes da sua base de dados no momento de sua entrega à CONTRATANTE. 4. DAS RESPONSABILIDADES E DOS DIREITOS DA CONTRATANTE 4.1. A CONTRATANTE deve utilizar as informações disponibilizadas exclusivamente para os fins previstos na subcláusula 1.1, não podendo invocá-las como justificativa para a realização ou não a realização de quaisquer atos. 4.2. A CONTRATANTE responsabiliza-se, integralmente e com exclusividade, perante os seus clientes e/ou terceiros, quanto à utilização das informações disponibilizadas pela CONTRATADA, especialmente quanto aos telefones eventualmente inscritos em cadastros de bloqueio para ligações de telemarketing, respondendo por perdas e danos que possam, eventualmente, originar-se dessa utilização. 4.3. A CONTRATANTE reconhece que lhe é vedado: a) armazenar, divulgar e/ou fornecer a terceiros, em hipótese alguma e sob qualquer forma, as informações obtidas por meio deste contrato, inclusive após o término da relação contratual, exceto mediante prévia e expressa autorização da CONTRATADA, a qual jamais será presumida; a.1) O armazenamento de informações obtidas por meio do sistema da CONTRATADA fica desde já autorizado pela CONTRATADA; a.2) A CONTRATANTE responsabiliza-se integralmente e com exclusividade pela desatualização das informações armazenadas nos termos da subalínea “a.1” desta subcláusula, as quais sejam eventual e posteriormente utilizados por ela. b) reproduzir qualquer página ou tela com dados de propriedade da CONTRATADA, inclusive as constantes em seu site, nos manuais, nos regulamentos ou em qualquer documento técnico relacionado a este contrato; c) vender, divulgar, repassar e estabelecer convênio de repasse de informações resultantes deste contrato com quaisquer terceiros, especialmente empresas que prestem serviços de informações, salvo mediante prévia e expressa autorização dessa, a qual jamais será presumida; d) utilizar as informações obtidas para constranger ou coagir, de qualquer maneira que seja, o titular do documento consultado ou, ainda, como justificativa para atos que violem ou ameacem interesses de terceiros; 4.4. Com relação aos módulos listados no item 1.1., a CONTRATANTE deverá, em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento dos serviços prestados pela CONTRATADA, manifestar, por escrito, a sua concordância, inclusive sobre a quantidade de dados, sob pena de ser aceito o volume discriminado pela CONTRATADA. 5. DAS “CONTAS-LOGON” E DAS SENHAS DE ACESSO AO BANCO DE DADOS E AOS SERVIÇOS DA CONTRATADA 5.1. A CONTRATANTE poderá acessar as bases de dados e os serviços da CONTRATADA com recursos próprios, mediante “Contas-Logon” e senhas exclusivas e individuais de uso pessoal, intransferível e de conhecimento exclusivo do respectivo usuário. 5.2. A CONTRATANTE responsabiliza-se, por si, seus empregados e/ou prepostos, pelo resguardo de suas senhas, não as

repassando a terceiros, inclusive à CONTRATADA, sob qualquer hipótese. 5.3. A CONTRATADA, com vistas a garantir a necessária segurança na utilização das senhas, reserva-se o direito de, independente de prévio aviso, bloquear a “ContaLogon” após 60 (sessenta) dias de inatividade e excluí-la após 60 (sessenta) dias do bloqueio. 5.4. A CONTRATANTE deverá providenciar: a) a alteração da senha, impreterivelmente, a cada período de 60 (sessenta) dias; b) o imediato cancelamento da “Conta-Logon” nos casos de desligamento de empregado ou de identificação de uso indevido desta, comunicando o fato imediatamente à CONTRATADA. 5.4.1 Caso não sejam observadas as condições previstas nas alíneas desta subcláusula, a CONTRATANTE assumirá exclusivamente todo e qualquer dano decorrente dessa inobservância. 5.5. A CONTRATADA poderá oferecer à CONTRATANTE “Contas-Logon - Master” que permitam o acesso ao sistema de gestão do contrato ora ajustado. 5.5.1 Na hipótese prevista no caput desta subcláusula, a CONTRATANTE poderá, por meio da internet, consultar as faturas emitidas em razão deste instrumento, obter demonstrativos das consultas por ela realizadas, controlar o protocolo de recebimento das “Contas-Logon”. 6. DO PRAZO 6.1. Este contrato vigorará por prazo indeterminado, a contar da data de sua assinatura. 7. DA RESCISÃO 7.1. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer das partes, mediante manifestação formal com a antecedência de 30 (trinta) dias, independentemente de qualquer indenização de uma parte a outra. 7.2. Este contrato será considerado resolvido de pleno direito e independentemente de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial, em caso de insolvência, falência, recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, ou, ainda, nas hipóteses que seguem, sem prejuízo da apuração das perdas e danos eventualmente incorridas: a) descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações acordadas. b) ato ou fato, inclusive disposição legal ou normativa superveniente, que impossibilite a plena execução das obrigações; c) alteração na estrutura societária, acionária ou no objeto social, a qual possa interferir na qualidade ou na continuidade do fornecimento das informações deste contrato ou daqueles firmados com os demais clientes, ou, ainda, que possa atingir a preservação de quaisquer direitos. 8. CONFIDENCIALIDADE 8.1. As partes comprometem-se a manter absoluto sigilo no tocante às informações, aos dados e aos documentos que vierem a receber uma da outra, ou conhecer em razão deste contrato, os quais jamais deverão ser revelados sob pena de aplicação de multa no importe de 20% (vinte por cento) do valor da soma das faturas dos últimos 12 (doze) meses, sem prejuízo de sua responsabilidade pelo ressarcimento de perdas e danos porventura experimentados pela parte que tiver as suas informações reveladas. 8.1.1 A utilização das informações, dos dados e dos documentos recebidos por uma parte da outra, observadas a finalidades previstas neste instrumento, não caracterizará infração ao quanto disposto na subcláusula 8.1. 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 9.1. A CONTRATADA assegura que os seus equipamentos estarão disponíveis para atendimento às necessidades da CONTRATANTE, conforme ajustado neste contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em até 97% (noventa e sete por cento) do período considerado para faturamento, excluídas as paradas programadas, os casos fortuitos e de força maior. 9.2. Caso a CONTRATADA seja condenada a pagar indenização em razão do descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato pela CONTRATANTE, esta fica obrigada a ressarcir-la, regressivamente, no montante da condenação, acrescido de juros de 1% (um por cento) a. m. (ao mês) e multa de 20% (vinte por cento), atualizado pela variação do IGP-M da FGV, desde a data do desembolso até a do efetivo pagamento. 9.3. A CONTRATANTE obriga-se a reembolsar as despesas eventualmente incorridas pela CONTRATADA para a prestação dos serviços fora da cidade de São Paulo, tais como despesas decorrentes de deslocamentos, viagens e estada dos profissionais vinculados à CONTRATADA, bem como os custos inerentes a telefonemas e fotocópias, sempre mediante prévia e expressa aprovação da CONTRATANTE, em até 3 (três) dias úteis. 9.4. A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a divulgar em seu portfólio, seus impressos e seu web site o nome da CONTRATANTE como cliente. 9.5. Em razão desta contratação a CONTRATANTE desde já autoriza a CONTRATADA subcontratar pessoas naturais ou jurídicas, total ou parcialmente, para a realização dos serviços objeto deste contrato. 9.6. A CONTRATANTE reconhece que: a) os processos utilizados para a prestação de serviços objeto deste contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA; b) a CONTRATADA não está obrigada a

fornecer as regras e/ou as fontes das informações utilizadas na prestação dos serviços objeto deste contrato, nem tampouco os critérios técnicos utilizados para realizá-los; c) qualquer informação passada à ela, pela CONTRATADA, será meramente informativa e não implicará a cessão de direitos relativos à propriedade intelectual dos serviços prestados; d) os serviços ora contratados pressupõem a utilização de dados remetidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE, assim como daqueles disponíveis nas bases de dados da CONTRATADA, razão pela qual esta não poderá garantir à CONTRATANTE que o processo alcançará 100% (cem por cento) da base de dados que tenha sido remetida à CONTRATADA. 9.7. Todos os avisos e as demais comunicações neste contrato estabelecidos ou permitidos serão encaminhados por escrito ao destinatário, no endereço constante no preâmbulo deste instrumento. 9.7.1. As partes obrigam-se a comunicar expressamente qualquer alteração de seu endereço, sob pena de ser considerado recebido o documento encaminhado ao anterior. 9.8. A transigência de qualquer das partes quanto ao cumprimento, pela outra, das obrigações previstas neste contrato não implicará renúncia, novação ou modificação do pactuado. 9.9. Para a observância dos Requisitos de Segurança exigidos pela CONTRATADA para a utilização dos seus sistemas com níveis de segurança adequados aos melhores padrões de mercado, são necessárias, ao menos, as seguintes práticas: a) a instalação e a atualização rotineira de antivírus nos equipamentos dos usuários e nos servidores, de "FIREWALL" (sistema ou combinação de sistemas que proteja a rede contra invasões externas e acessos não autorizados), e de "antispyware" (programa para evitar que um software "espião" - "spyware" - seja instalado na máquina de usuário e capture informações sobre os seus hábitos de navegação ou mesmo outros dados, enviando-os para terceiros quando da conexão à internet); b) a verificação do remetente e a abertura de arquivos que tenham sido encaminhados por pessoas conhecidas e verificados pelos antivírus e "antispyware"; c) a vedação de acesso a link enviado por e-mail para sites cujo conteúdo seja desconhecido ou suspeito de conter software malicioso. 9.9.1 Caso não sejam observadas as diretrizes do caput, a CONTRATANTE assumirá exclusivamente todo e qualquer dano decorrente dessa inobservância. 10. DO FORO 10.1. O foro da Capital do Estado de São Paulo é o competente para dirimir qualquer dúvida oriundas deste contrato.